



### Moção contrária à reforma do Ensino Médio

Reunidos na 81ª Sessão Extraordinária do Conselho de Centro, a comunidade acadêmica do Centro de Formação de Professores e docente secundarista do Colégio Estadual Pedro Calmon, Amargosa-BA, designou uma Comissão para apresentar moção contrária à reforma do Ensino Médio e debater, por meio de grupos de trabalho e seminários abertos, a Medida Provisória (MP-746/2016).

A MP-746/2016 desconsidera o intenso e produtivo debate democrático há anos em curso acerca das metas e diretrizes para a educação brasileira, instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, e opera uma ruptura no processo democrático de construção da educação brasileira que, após anos de debate entre agentes públicos, sociedade civil organizada, profissionais da educação, estudantes, gestores, pesquisadores e especialistas em educação, aprovou, por meio da Lei 13.005/2014, o Plano Nacional da Educação para o período de 2014-2024.

A pretexto de urgência e relevância, a MP-746/2016 do Ensino Médio priva os estudantes do direito concedido pela LDB de uma formação geral e crítica, voltada à autonomia do sujeito fomentada pela obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Educação Física, Ensino de Artes, Física, Química, Biologia, História e Geografia. Isso porque na prática, rigorosamente, a MP estabelece a obrigatoriedade de cada escola ofertar apenas três disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. Para além das perdas culturais, entendemos que a vinculação da formação de nível médio à especialização e profissionalização precoces é especialmente refratária à mobilidade social das classes economicamente vulneráveis.

Tal medida também tem impacto direto nos Cursos de Licenciatura, pois um currículo que flexibiliza disciplinas inviabiliza a permanência e a qualificação, sob o ponto de vista econômico, físico, político e cultural, de algumas das principais licenciaturas de nosso país e, conseqüentemente, da importância da formação docente. Ademais, o reconhecimento do “notório saber”, ao permitir que professores sem formação específica assumam disciplinas para as quais não foram preparados, institucionaliza a precarização da docência, compromete a qualidade do ensino e promove o enfraquecimento das políticas de formação de professores.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
Centro de Formação de Professores

---

Assim, esta Comissão, representando a comunidade acadêmica do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e lutando pela educação brasileira diariamente por meio de seus 08 cursos de Licenciatura (Física, Química, Matemática, Pedagogia, Educação do Campo, Educação Física, Filosofia e Letras) e do curso Tecnólogo em Agroecologia, manifesta o seu repúdio, sua indignação e sua inconformidade com esse projeto de reforma do Ensino Médio brasileiro.

Amargosa-BA, 24 de outubro de 2016.

Comissão para Ações e Discussões da Medida Provisória 746/2016  
(CFP-UFRB)